



A FEIRA LIVRE FRENTE ÀS INTERVENÇÕES URBANAS NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA (BA)

Janaina Paixão Pereira ¹

Antonio Muniz Filho ²

RESUMO

As feiras livres configuram-se como práticas socioeconômicas de relevância histórica na formação socioespacial de Feira de Santana (BA), desempenhando papel expressivo na dinâmica urbana local. Nas últimas décadas, observa-se que as intervenções urbanas e a expansão do comércio moderno, impulsionadas pela globalização, têm provocado mudanças significativas em sua organização e funcionamento, sobretudo nas áreas centrais da cidade. Diante desse cenário, o objetivo desta pesquisa é analisar a dinâmica de resistência e adaptação das feiras livres frente às transformações socioespaciais e às novas lógicas de produção e consumo que se impõem no espaço urbano contemporâneo. A metodologia empregada é de natureza qualitativa, contemplando revisão bibliográfica, observações sistemáticas em campo e levantamento de informações que permitam compreender as formas de permanência e reconfiguração dessas práticas comerciais. Os resultados parciais evidenciam que, mesmo diante das pressões resultantes das intervenções urbanas e da padronização dos espaços de comércio, as feiras livres mantêm vitalidade econômica e social, expressando práticas de resistência que asseguram a sua reprodução de modos de vida e trabalho. Deve-se ressaltar que, na realidade de Feira de Santana, a permanência dessa atividade comercial ocorreu mediante a movimentos de resistência realizado pela associação dos feirantes e pelos trabalhadores que atuam no centro comercial da cidade e que sobrevivem desse espaço.

Palavras-Chave: Feiras livres, Intervenções urbanas, Resistência, Transformações socioespaciais; Feira de Santana.

ABSTRACT

Street markets constitute socioeconomic practices of historical relevance in the socio-spatial formation of Feira de Santana, Bahia, playing a significant role in local urban dynamics. In recent decades, urban interventions and the expansion of modern commerce, driven by globalization, have led to substantial changes in their organization and operation, especially in the city's central areas. In this context, this research aims to analyze the dynamics of resistance and adaptation of street markets in response to socio-spatial transformations and the new logics of production and consumption that shape contemporary urban spaces. The methodology adopted is qualitative, encompassing a bibliographic review, systematic field observations, and the collection of information that enables an understanding of the forms of persistence and reconfiguration of these commercial practices. The partial results indicate that, despite the pressures resulting from urban interventions and the standardization of commercial spaces, street markets maintain economic and social vitality, expressing resistance practices that sustain traditional ways of life and work. It is noteworthy that, in the case of Feira de Santana, the persistence of this commercial activity has occurred through resistance movements organized by vendors' associations and by workers who operate in the city's commercial center and depend on this space for their livelihoods.

Keywords: Street markets, Urban interventions, Resistance, Socio-spatial transformations, Feira de Santana.

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (BA). Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudo Territorias pela Universidade do Estado da Bahia, japaixaao@gmail.com

² Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudo Territorias da Universidade do Estado da Bahia (Campus I), muniz@uneb.br



INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET) da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), com o objetivo de analisar a dinâmica das feiras livres frente às intervenções urbanas e as transformações socioespaciais em Feira de Santana (BA).

As feiras livres assumem papel central como práticas socioeconômicas de relevância histórica, estruturando a formação territorial, a configuração do espaço urbano e a construção da identidade da cidade ao longo de sua história. Segundo Queiroz (2013, p. 15), “para além de nomear a cidade, o ícone da feira constitui, neste espaço, territórios diversos, que se metamorfoseiam segundo novas práticas sociais e hábitos culturais”, indicando que esses locais funcionam como agentes ativos de produção e transformação socioespaciais, incorporando múltiplas dimensões culturais, econômicas e urbanísticas.

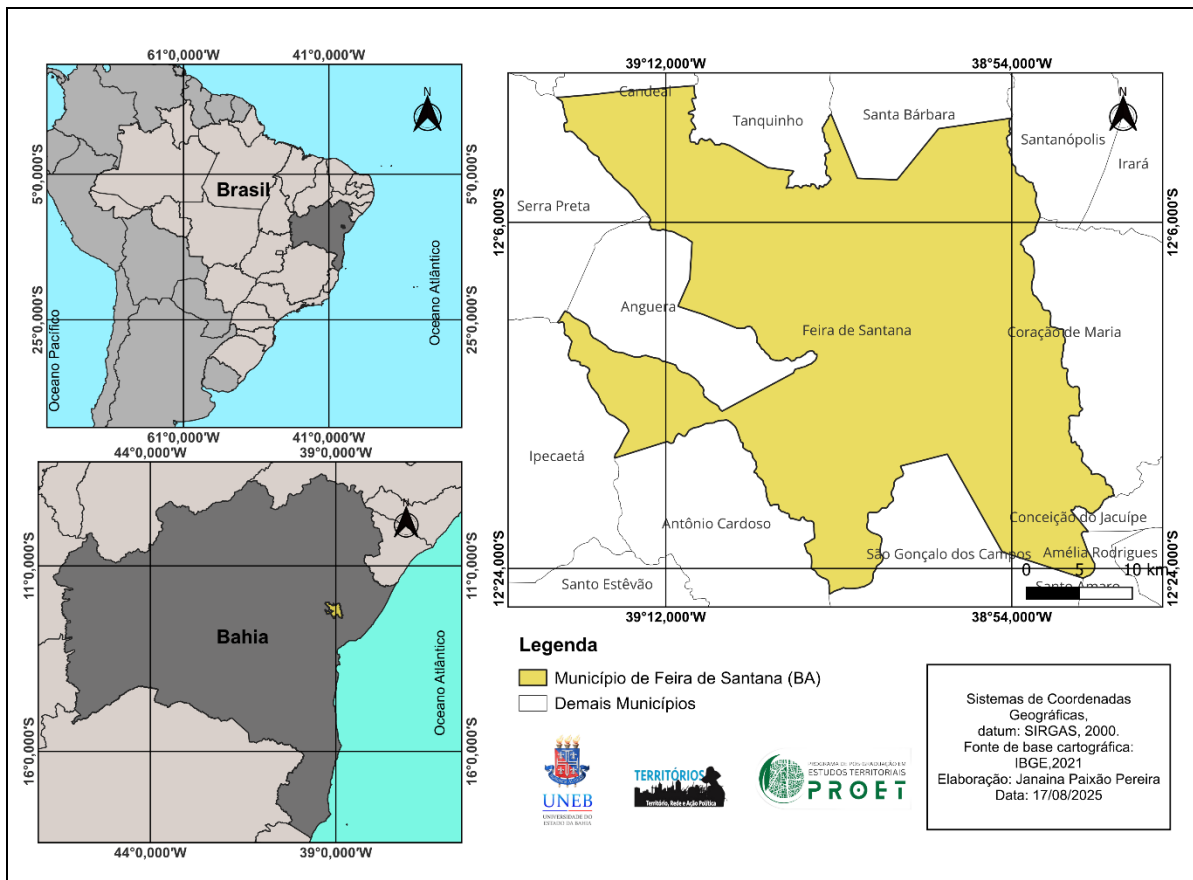
Essa perspectiva permite compreender como as feiras livres não apenas ocupam o espaço urbano, mas também participam ativamente da produção e transformação da cidade, refletindo e respondendo às dinâmicas de modernização e às intervenções urbanas promovidas pelo poder público.

Nas últimas décadas, destacam-se mudanças significativas decorrentes da expansão do comércio moderno, impulsionadas pelas dinâmicas da globalização, que impactam diretamente a organização e o funcionamento das feiras livres, sobretudo no centro comercial da cidade. Entretanto, conforme afirma Queiroz e Azevedo (2012), apesar das infraestruturas econômicas modernas, como supermercados, shopping centers, bancos e redes de atacadões, as feiras livres ainda são importantes para a dinâmica socioespacial urbana.

Araújo (2006) argumenta que as políticas de reordenamento urbano implementadas em Feira de Santana, buscaram adequar o comércio popular às novas exigências de modernização, reorganizando os espaços e redefinindo as formas de uso do solo urbano, processo que, embora apresentado como medida de ordenamento, expressa também a tentativa de controle e padronização dos espaços tradicionais de sociabilidade. Portanto, essa reconfiguração evidencia como os processos de modernização urbana, redefinem simultaneamente a configuração espacial e as práticas sociais das cidades.

Feira de Santana (Figura 1), localizada a 109 km de Salvador, configura-se como a segunda maior cidade da Bahia e o principal centro urbano do interior do estado, destacando-se pela convergência de três rodovias estratégicas que formam o segundo maior entroncamento rodoviário da região Norte-Nordeste, são elas: BR-324, BR-116 e BR-101 (IBGE, 2025).

Figura 1 – Mapa de Localização de Feira de Santana, Bahia, Brasil.



Fonte: Elaboração própria (PEREIRA, Janaina, 2025).

Importante ressaltar que, a história da cidade está intrinsecamente ligada à atividade das feiras livres, cuja permanência e expansão foram determinantes para a configuração do espaço urbano e para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do município, consolidando-o como referência comercial no Nordeste e no Brasil (Santos, 2016).

O estudo das feiras livres se justifica pelo papel central que desempenham na economia, no campo social e cultural da cidade. Conforme Jesus e Damercê (2016, p. 97), é nesse espaço que “diferentes grupos interagem e compartilham percepções, saberes, constroem relações de amizade, de intimidade, laços umas com as outras, ao contrário do que frequentemente acontece em outros centros comerciais”. Assim, as feiras livres funcionam como arenas de interações entre múltiplos agentes sociais, oferecendo subsídios essenciais para a compreensão das dinâmicas urbanas e da produção do espaço urbano.

A inserção das feiras livres no centro comercial da cidade levanta desafios significativos. As intervenções urbanas, bem como as mudanças nos padrões de consumo e na ocupação do espaço público, colocam em tensão a permanência dessa atividade comercial. Nesse contexto, “o elevado nível de capitalização dos modernos super e hipermercados, o alto



investimento midiático e a expansão de grandes redes hegemônicas fortemente contrastam com a ambiência informal e a falta de capital da popular feira livre” (Bonamichi, 2013, p. 21).

Nesse sentido, as intervenções urbanas e as transformações socioespaciais ocorridas em Feira de Santana, como a construção do Centro de Abastecimento, do Shopping “Feiraguay” e do Shopping Popular “Cidades das Compras”, expressam de forma concreta essa tendência de valorização do comércio formal e de reorganização do centro urbano. Tais ações buscaram reestruturar o espaço central da cidade, impactando diretamente a dinâmica e a permanência das feiras livres.

Considerando esse cenário, este artigo tem como objetivo analisar as interferências das intervenções urbanas promovidas pelos agentes políticos e econômicos de Feira de Santana na dinâmica das feiras livres, enfatizando os processos de adaptação e resistência dessas práticas diante das transformações socioespaciais, econômicas e tecnológicas que redefinem o espaço urbano da cidade.

A pesquisa adota uma abordagem de natureza qualitativa, fundamentada na perspectiva dialética de compreensão do espaço urbano como produto e expressão das relações sociais. As etapas metodológicas foram delineadas de modo a articular a reflexão teórica com a realidade empírica das feiras livres de Feira de Santana, buscando compreender as dinâmicas de resistência, permanência e reconfiguração que caracterizam esses espaços.

O desenvolvimento da investigação compreendeu três etapas principais. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica, voltada à identificação e análise crítica de estudos que abordam a temática das feiras livres, as transformações socioespaciais e o processo de modernização urbana. Entre os autores que fundamentam a discussão teórica destacam-se: Araújo (2006), Carlos (2018), Coelho (2008), Corrêa (2012), Dantas (2008), Freitas (2014), Lima (2020), Limonad (2007), Machado (2009), Mascarenha e Delzani (2008), Mendes (2021), Moreira (1998), Queiroz (2013), Santos (2016), Serpa (2013), e Teles (2017). Essa etapa permitiu a construção do arcabouço conceitual necessário para a análise crítica do fenômeno estudado.

A segunda etapa correspondeu à observação em campo, realizada nas feiras livres localizadas na Praça Bernardino Bahia e na Rua Marechal Deodoro, ambas situadas no centro comercial de Feira de Santana. As visitas possibilitaram a observação direta e a interação com os feirantes, registrando aspectos relacionados à organização espacial, às práticas cotidianas e às estratégias de adaptação condicionadas pelas intervenções urbanas e às transformações socioespaciais.



A terceira etapa envolveu o registro e a sistematização dos dados empíricos, com base em anotações em caderno de campo, registros fotográficos e descrições detalhadas sobre a dinâmica das feiras livres e a configuração do espaço urbano. Os dados coletados vêm sendo analisados à luz do referencial teórico previamente estabelecido, buscando compreender as interações entre as práticas observadas e os processos de intervenções urbanas promovidos pelo poder público.

Importante destacar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em conformidade com a resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta estudos envolvendo seres humanos. O uso de imagens e registros fotográficos está restrito exclusivamente a finalidades acadêmicas, sendo realizada a edição digital das fotografias (via software de tratamento de imagem) quando necessário, a fim de preservar a identidade e a integridade dos participantes.

Essa trajetória metodológica permite compreender as feiras livres não apenas como espaços de comércio, mas de resistência, dotados de relevância social, cultural e simbólica, cuja permanência expressa a complexa interação entre as políticas de modernização urbana e as práticas cotidianas que dão forma à cidade.

Os resultados parciais possibilitam identificar que as feiras livres funcionam como espaços de resistência e adaptação diante das pressões de reorganização e modernização urbana. As intervenções e tentativas de realocação dos feirantes evidenciam tensões entre os interesses dos agentes políticos e econômicos, com destaque para empresários e comerciantes, e as práticas cotidianas dos trabalhadores, que persistem em ocupar os espaços públicos das áreas centrais da cidade. Dessa forma, as feiras livres não apenas sobrevivem às transformações socioespaciais, mas se consolidam como elementos estruturantes da vida urbana, preservando modos de vida, relações sociais e práticas comerciais tradicionais.

Portanto, a análise permite compreender os caminhos percorridos pelas feiras livres de Feira de Santana, evidenciando que, mesmo após sucessivas tentativas de remoção, esse comércio tradicional retornam, resistem e permanecem nos espaços centrais, reafirmando sua relevância econômica, política, social e cultural no contexto urbano contemporâneo.

INTERVENÇÕES URBANAS E PERMÂNECIA DAS FEIRAS LIVRES NAS ÁREAS CENTRAIS DE FEIRA DE SANTANA

Segundo Moreira (1998), a feira livre de Feira de Santana tem suas raízes na antiga Fazenda Santana dos Olhos D'Água, ponto de encontro entre comerciantes que circulavam entre a capital (Salvador), o Recôncavo e o Sertão baiano, sendo este espaço precursor da



identidade mercantil que daria origem ao nome da cidade. Desde sua formação, a cidade e as feiras livres mantêm estreita relação, atraindo, além da população local, pessoas das cidades circunvizinhas, consolidando a feira livre como centro de trocas comerciais e convivência social.

Dessa forma, as feiras livres se constituem como práticas socioeconômicas históricas, estreitamente vinculadas à formação urbana e à consolidação econômica da cidade. Sua origem está associada ao avanço da pecuária e ao comércio de gado, articulado à posição estratégica de Feira de Santana como ponto de circulação regional. A partir de 1819, essa atividade comercial não apenas atendia às necessidades dos grandes criadores de gado e proprietários de terras, mas também passou a abrigar “um contingente crescente de excluídos socialmente da lógica do capitalismo mercantil” (Santos, 2016, p.116), evidenciando o caráter inclusivo e multifacetado das feiras livres como espaços de circulação econômica e social.

O crescimento urbano de Feira de Santana esteve diretamente vinculado à evolução dos sistemas de transporte, que favoreceram a circulação de mercadorias, pessoas e capital. Inicialmente marcado pelos “caminhos de boiadas”, posteriormente pelas linhas férreas e, finalmente, pela implantação de rodovias estratégicas (BR-324, BR-116 e BR-101), o espaço urbano passou a facilitar a centralidade comercial da cidade (Santos, 2016).

Inicialmente, Feira de Santana tem seu processo de urbanização marcado pelo crescimento das feiras livres, que se expandiram pelo centro da cidade, articulando-se ao comércio de maior porte e ao setor terciário, e se estabelecendo como polo de convergência regional, concentrando bens e serviços.

Com a modernização dos sistemas de transporte e a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS) na década de 1970, a centralidade de Feira de Santana como núcleo econômico regional intensificou-se. De acordo com Freitas (2014), a instalação CIS, foi determinante para o crescimento de Feira de Santana, sendo um fator importante para além da escala local e regional, à inserindo no cenário nacional, contribuindo para o processo de modernização industrial. Entretanto, mesmo com a presença do CIS, o comércio permaneceu sendo a atividade econômica principal.

Nesse contexto, o poder público passou a implementar políticas de reorganização urbana voltadas à racionalização do centro comercial, sendo a criação do Centro de Abastecimento o primeiro movimento institucional de deslocamento das feiras livres do núcleo central. Essa intervenção teve como objetivo ordenar o espaço urbano, consolidar uma imagem de cidade moderna e inserir o núcleo urbano de Feira de Santana em um padrão de desenvolvimento alinhado às expectativas de modernização, conforme destaca Araújo (2006, p. 68):



(a) “a relocação da feira principal” que ocupava todo o centro urbano de Feira de Santana, dando uma imagem de cidade agrária e atrasada, segundo os administradores da cidade e comerciantes locais; (b) “manutenção e/ou aumento do nível de ocupação da mão-de-obra envolvida”, isto supõe o não comprometimento comercial de todos os envolvidos na feira livre; (c) “sistematização e melhoramento da receita municipal”, o que impõe a necessidade de um maior controle no arrecadamento como algo imprescindível para um município, onde a feira livre consegue concentrar e gerar um grande volume de negócios; (d) “racionalização do sistema local de abastecimento”.

Essas medidas refletem uma estratégia de modernização urbana que, ao mesmo tempo que buscava organizar o centro comercial, reorganizar a circulação de pessoas e mercadorias e, ampliar o controle sobre a arrecadação municipal, impactaram diretamente na dinâmica das feiras livres. Embora justificadas como instrumentos de progresso e eficiência econômica, tais ações evidenciam a tensão entre os interesses institucionais e a persistência das práticas comerciais tradicionais, mostrando que a reorganização urbana nem sempre contemplou a complexa realidade social e econômica dos feirantes que historicamente ocuparam o espaço central da cidade.

Após a implantação do Centro de Abastecimento e a transferência dos feirantes para esse novo espaço, as feiras livres retornaram ao núcleo central da cidade, ocupando predominantemente as calçadas das ruas e avenidas, assim como se inserindo em bairros adjacentes. Esse retorno evidenciou a diferença estrutural e funcional entre o Centro de Abastecimento e as feiras livres: enquanto o novo empreendimento buscava organizar formalmente o comércio, as feiras livres se caracterizam pela flexibilidade na prática comercial e pela proximidade com os fluxos cotidianos da população.

A imposição de custos adicionais para operar no empreendimento, somada ao afastamento das áreas centrais e ao distanciamento dos principais fluxos de pedestres, limitou a capacidade do Centro de Abastecimento de atender à totalidade e aos interesses dos feirantes. Essa situação reforçou a resistência dessas práticas socioeconômicas, evidenciando a permanência das feiras livres no espaço urbano e a sua importância histórica, econômica e social para a cidade.

Na década de 1990, deu-se o segundo processo de intervenção urbana no centro de Feira de Santana, promovido pelo poder público com o objetivo de desocupar o espaço público das atividades informais, abrangendo não apenas a feira livre, mas também o comércio de vendedores ambulantes e camelôs estabelecidos nas calçadas da Avenida Getúlio Vargas e vias adjacentes. Essa intervenção foi motivada, em grande medida, pelas reivindicações da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que apontava prejuízos decorrentes da ocupação das calçadas por feirantes e ambulantes (Queiroz, 2013).



Como alternativa para reorganizar o comércio informal, com destaque os vendedores ambulantes e os camelôs, surge o Shopping Popular Feiraguay, localizado na Praça Presidente Médici, próximo à Praça Matriz. Segundo Queiroz (2013), o empreendimento passou a ser considerado pelo poder público uma solução estratégica para o desenvolvimento econômico do município, promovendo circulação de mercadorias, capital e pessoas, e consolidando-se, inclusive, como polo turístico regional.

O Feiraguay, desde sua concepção, não foi projetado para abrigar feiras livres de caráter alimentício ou atividades típicas dos feirantes tradicionais, mas, para acomodar camelôs e vendedores ambulantes de produtos eletrônicos, vestuário e mercadorias de baixo custo, incluindo produtos falsificados (popularmente conhecidos como “piratas”). Essa configuração reforçou o apoio da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), conforme observa Queiroz (2013), uma vez que esses comerciantes informais eram percebidos como concorrência direta ao comércio formal estabelecido no centro da cidade. Entretanto, a implantação do empreendimento não resultou na eliminação das feiras livres nas ruas e avenidas, uma vez que a elevada demanda de trabalhadores informais, associada aos custos de ocupação do espaço, restringia o acesso de parte dos feirantes locais.

Observa-se que o espaço passou a ser progressivamente ocupado por comerciantes de origem asiática, especializados na venda de produtos importados, sobretudo da China, deslocando os trabalhadores feirenses e alterando a função inicial do empreendimento. De acordo com Machado (2009), a presença significativa de imigrantes chineses atuando no Shopping Popular Feiraguay, está relacionada aos fluxos migratórios provenientes da diáspora chinesa.

Segundo Machado (2009), muitos desses comerciantes asiáticos, anteriormente estabelecidos em centros de comércio informal na América do Sul, especialmente em Ciudad del Este, no Paraguai, migraram para o Brasil em virtude da crise econômica que afetou aquele polo comercial. Assim, os espaços tradicionais de comércio popular, como camelódromos e feiras livres, passaram a representar alternativas estratégicas para o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

A configuração do Feiraguay revelou contradições profundas entre os discursos de modernização urbana e a realidade socioeconômica local. Embora o empreendimento tenha sido apresentado como uma solução para reorganizar o comércio informal e valorizar o centro urbano de Feira de Santana, sua implementação resultou em um processo seletivo e excludente. Apenas parte dos trabalhadores locais conseguiu se inserir no novo espaço, aqueles que apresentavam maior poder aquisitivo e capacidade de arcar com os custos de aquisição dos



boxes, taxas e impostos, enquanto que, grande parcela dos trabalhadores informais permaneceu excluída.

Conforme analisa Santos (2016), o acesso aos espaços formalizados de comércio, como o Shopping Popular Feiraguay, tornou-se cada vez mais restrito devido aos custos elevados decorrentes da mercantilização desses empreendimentos. Tal dinâmica evidencia uma lógica de urbanismo excludente, na qual a formalização do comércio popular converte-se em um mecanismo de seleção socioeconômica que privilegia os que dispõem de capital financeiro, em detrimento daqueles cuja subsistência depende das práticas informais de venda.

Paralelamente, comerciantes asiáticos, atraídos pelas oportunidades de mercado e pela flexibilidade das políticas de ocupação, passaram a ocupar parcela significativa do Feiraguay, alterando o perfil comercial inicialmente proposto. Essa reconfiguração reforçou a lógica de valorização econômica em detrimento da inclusão social, aprofundando a desigualdade entre os trabalhadores e esvaziando o propósito inicial do espaço enquanto alternativa para os feirantes locais.

Dessa forma, a permanência das feiras livres nas ruas e avenidas de Feira de Santana não deve ser compreendida como mera resistência à formalização, mas, como expressão de um modo de vida que insiste em sobreviver diante das dinâmicas de exclusão urbana. Essas práticas reafirmam a identidade cultural e a centralidade socioeconômica dos feirantes, desafiando modelos de modernização que negligenciam a diversidade, a história e a função social do trabalho informal na cidade.

A crescente limitação de acesso ao Feiraguay e a consequente exclusão de parte dos trabalhadores informais contribuíram para o aumento do número de vendedores atuando nas ruas e calçadas do centro comercial de Feira de Santana. Conforme observa Santos (2016), a elevada taxa de ocupação desse espaço, restringia o ingresso de novos camelôs, levando muitos deles a buscar alternativas nos logradouros públicos, especialmente em áreas tradicionalmente associadas às feiras livres, como o Calçadão da Sales Barbosa e adjacências. Esse movimento intensificou a presença de trabalhadores informais no núcleo central da cidade, reacendendo o debate sobre a necessidade de novas políticas de ordenamento e padronização das atividades comerciais.

Em 2013, o poder público municipal, lançou o Pacto de Requalificação do Centro Comercial de Feira de Santana, denominado “Pacto de Feira” (Teles, 2017). O projeto estabeleceu um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, visando melhorias na infraestrutura urbana, como a padronização das barracas de camelôs no Calçadão da Rua Sales



Barbosa e vias adjacentes, fazendo com que as vias públicas se tornassem livres para a circulação de pedestres, argumento utilizado para a desocupação dos espaços públicos.

O Pacto contou com a participação de diversas entidades representativas da economia local, incluindo associações comerciais, sindicatos de trabalhadores das feiras livres e vendedores ambulantes, além da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), configurando uma articulação entre os interesses da sociedade civil e o planejamento municipal de modernização urbana.

Apesar do caráter estruturante do Pacto de Feira, suas medidas evidenciaram limitações quanto à inclusão dos trabalhadores informais. O aumento do número de feirantes, camelôs e vendedores ambulantes nas ruas centrais, gerou a necessidade de novas políticas de padronização e reorganização desse espaço. Inicialmente, o projeto previa a padronização das barracas e a manutenção das atividades nos espaços já ocupados pelos trabalhadores, mas, em 2014, o projeto foi reformulado pelo poder público em parceria com a iniciativa privada, originando o chamado “Projeto Novo Centro”.

Este novo planejamento contemplava a criação de um shopping popular, denominado “Cidades das Compras”, com o objetivo de reorganizar e modernizar o centro comercial de Feira de Santana, incorporando medidas de formalização e reestruturação dos espaços anteriormente ocupados pelas feiras livres e pelo comércio informal, marcando, assim, uma nova etapa de intervenção urbana e comercial no núcleo central da cidade. O projeto foi concebido em parceria entre agentes políticos e econômicos. Neste contexto,

[...] foi apresentada a empresa interessada em investir em Feira de Santana e pertencente à rede UAI – Unidade de Ambulantes Integrados, que já atua em algumas cidades, como Belo Horizonte e Manaus e estão se instalando em São Paulo. A UAI foi fundada em Minas Gerais e, segundo a Associação Brasileira de shopping center (ABRASCE), é o primeiro empreendimento com apelo realmente popular (Santos, 2016, p. 54).

Essas ações refletem a articulação público-privada na gestão urbana, convertendo o espaço público em mercadoria e regulando o acesso conforme os interesses econômicos e políticos predominantes (Carlos, 2018). Nesse contexto, as feiras livres, historicamente centrais na dinâmica comercial de Feira de Santana, sofreram pressões contínuas de reorganização e modernização, afetando sua visibilidade e integração ao centro comercial. Apesar dessas intervenções, as feiras livres não foram eliminadas, permanecendo nas ruas e avenidas centrais e evidenciando a capacidade de resistência das práticas comerciais tradicionais frente às políticas de intervenções urbanas.

Dessa forma, a análise dos processos históricos e contemporâneos das feiras livres de Feira de Santana evidencia a complexa relação entre políticas de modernização urbana, avanços



dos comércios modernos e práticas econômicas tradicionais. Embora o poder público tenha implementado intervenções sucessivas visando reorganizar, formalizar e modernizar o centro comercial, as feiras livres persistem como espaços de resistência. Essa permanência dialoga com o que Bonamichi (2013, p. 33) observou no Rio de Janeiro, ao destacar que:

Na segunda metade do século XX, a modernização do varejo alimentar influenciada por modelos norte americanos e seu *american way of life*, o fortalecimento das ideologias pregadas pelo urbanismo progressista fez com que as populares feiras livres perdessem parte da sua força como modalidade de abastecimento alimentar. Ainda assim, negando previsões de extinção, tais atividades resistem como forte tradição urbana.

A partir da análise dos processos que as feiras livres de Feira de Santana passaram ao longo dos anos, fica evidente que essa atividade comercial é vista pelo poder público como inadequada por não se inserir no padrão de modernização desejado e pela importância comercial da área em que está situada, se tornando “um território desprezado pelas políticas públicas por não estar em compasso com as novas tendências econômicas e culturais mundiais” (Mascarenhas, 2008, p. 81).

Dessa forma, as feiras livres vivenciam, situações precárias em sua manutenção, em razão da ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas dessa categoria. Conforme aponta Coelho (2008), isso se deve à percepção administrativa de que tais atividades não configuram eventos tradicionais, mas, meras paisagens do município, desconsiderando seu potencial e contribuindo para o desperdício de sua relevância histórica e social.

Nesse cenário, os processos de intervenção urbana seguem as lógicas da urbanização acelerada, promovendo transformações socioespaciais que, segundo Limonard (2007), estão associadas ao avanço do período técnico-informacional, caracterizado por novas formas de acumulação de capital e desafios para a força de trabalho. Assim, a adoção de padrões de modernização observados em centros urbanos maiores, com a expansão de cadeias de suprimentos, supermercados e shopping centers, constitui o modelo idealizado para o centro de Feira de Santana, excluindo as feiras livres que historicamente ocupam a área central da cidade.

A análise da trajetória das feiras livres de Feira de Santana, evidencia que as transformações socioespaciais, voltadas à modernização do núcleo central e à sua inserção nos padrões globais de urbanização, interferem diretamente nas dinâmicas dessas práticas comerciais. Entretanto, a resistência contínua dos feirantes revela estratégias de preservação de seus direitos e da presença histórica nos espaços urbanos, consolidando a relevância econômica, social e cultural dessas atividades.

Esse fenômeno é particularmente observado nas feiras livres da Praça Bernardino Bahia e da Rua Marechal Deodoro, sendo esta última a mais antiga, atualmente reconhecida como



patrimônio imaterial, conquista obtida após anos de mobilização dos trabalhadores, representados atualmente pela Associação dos Feirantes da Marechal. Esse reconhecimento reafirma o valor simbólico e histórico das feiras livres frente às sucessivas tentativas de reorganização e padronização do centro da cidade. Dessa forma, infere-se que, mesmo diante das pressões de modernização e da inserção de novos empreendimentos comerciais, as feiras livres permanecem como expressão resiliente de práticas tradicionais e de pertencimento urbano.

RESISTÊNCIA E ADAPTAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES EM FEIRA DE SANTANA

Apesar das intervenções e da padronização do espaço urbano, as feiras livres de Feira de Santana mantêm-se ativas, demonstrando significativa capacidade de resistência e adaptação. Sua permanência decorre não apenas de fatores econômicos, mas também da força social e cultural que sustenta a atividade, reafirmando sua relevância para a sobrevivência de trabalhadores informais e para o acesso da população a produtos de baixo custo.

As feiras livres permanecem como espaços de interação social e econômica, proporcionando emprego, renda e comércio acessível à população local e regional (Dantas, 2008). No entanto, as políticas públicas de modernização, alinhadas à lógica global, tendem a excluir práticas tradicionais que não se enquadram no modelo urbano formal, evidenciando conflitos entre o poder público e os feirantes (Mascarenhas; Dolzani, 2008).

Nesse sentido, conforme observa Mascarenhas e Dolzani (2008), as feiras livres, originárias dos antigos mercados ibéricos e historicamente associadas ao uso coletivo das ruas, têm sido progressivamente marginalizadas pelos ideais de racionalidade urbana e higienização que acompanham o avanço da urbanização moderna. Sob a influência da auto mobilidade e das novas formas de varejo, como os supermercados e shopping centers, esse tipo de comércio passou a ser visto como uma prática obsoleta, deslocada do padrão de cidade moderna.

Essa marginalização, entretanto, não ocorre de forma isolada, mas está inserida em um contexto mais amplo de reestruturação capitalista das cidades, no qual as transformações urbanas são guiadas por interesses econômicos e pela lógica da acumulação do capital.

A análise da trajetória das feiras livres em Feira de Santana evidencia que, assim como em outros centros urbanos, essa atividade sofre os impactos da sociedade capitalista, que orienta a produção e reprodução do capital. Nesse contexto, o Estado atua como articulador das relações políticas, sociais e econômicas, moldando as dinâmicas do espaço urbano. Corrêa (2012) ressalta que o Estado capitalista organiza as atividades e relações existentes em prol da reprodução do capital, cujos efeitos variam conforme a escala social analisada.



A partir dessa lógica de modernização e exclusão, os processos de intervenção urbana promovidos pelo poder público municipal alteraram significativamente a configuração espacial do centro da cidade, realizando, ao longo dos anos, diversas transformações com o objetivo de retirar as feiras livres do espaço público.

Serpa (2013) observa que os “novos” e “renovados” espaços públicos urbanos refletem práticas sociais que se materializam na reorganização do território, revelando a tentativa de adaptar a cidade aos ideais de ordem, limpeza e funcionalidade associados ao urbanismo moderno. Além disso, a privatização do espaço público ocorre por meio de barreiras simbólicas e invisíveis, que criam áreas de uso controlado por atores sociais dominantes, os quais utilizam seu poder político e econômico para restringir o acesso de outros grupos e neutralizar práticas que não se adequam ao modelo urbano hegemônico.

Nesse cenário, as ações do poder público de Feira de Santana se inserem nesse mesmo processo de transformação socioespacial da cidade, em que a busca pela modernização se traduz em intervenções que tendem a excluir as práticas tradicionais e populares do centro da cidade. Essas iniciativas expressam ações do poder público local, que vem favorecendo o comércio formal e, alinhando a cidade de Feira de Santana aos padrões de consumo e estética do capitalismo global.

Tal movimento evidencia a consolidação de uma lógica de gestão urbana alinhada ao ideário neoliberal, na qual o espaço é transformado em mercadoria e a cidade passa a ser administrada segundo princípios de eficiência econômica e valorização imobiliária. Em Feira de Santana, observa-se que as intervenções urbanas realizadas nas duas últimas décadas, contaram com o apoio direto ou indireto do setor privado, revelando a articulação entre poder público e iniciativa privada como elemento estruturante das transformações recentes.

Nesse contexto, conforme analisa Carlos (2018), o capitalismo exerce papel central ao reproduzir no espaço urbano os interesses econômicos e políticos dominantes, convertendo-o em instrumento de acumulação e restringindo o acesso àqueles que não dispõem de capital suficiente. Essa lógica se materializa nas ações do poder público, que priorizam empreendimentos voltados à formalização e à rentabilidade (shopping centers, redes de supermercados e redes de atacadões) em detrimento das práticas tradicionais representadas pelas feiras livres.

Apesar dessas pressões, as feiras livres mantêm-se como espaços essenciais à dinâmica urbana, configurando-se como pontos de intenso fluxo comercial e social (Figura 2). Elas possibilitam que a população de baixa renda tenha acesso a mercadorias diversas a preços acessíveis e, ao mesmo tempo, asseguram a sobrevivência de inúmeros trabalhadores informais.

Portanto, cabe destacar que as feiras livres representam mais do que simples espaços de comercialização. Estas, representam:

[...] um papel significativo e historicamente sempre esteve presente no cotidiano do homem sobretudo como um dos primeiros centros de trocas e venda de produtos, ela não exerce influência apenas no que se refere a economia, ou seja, a venda e compra de mercadorias, mas também é um lugar propício no que diz respeito às relações sociais (Jesus e Damercê, 2016, p. 14).

Figura 2 – Feira Livre da Praça Bernardino Bahia, Feira de Santana, Bahia, Brasil



Fonte: Pereira, Janaina (2025). Pesquisa de campo.

As feiras livres da Praça Bernardino Bahia e da Rua Marechal Deodoro permanecem nas áreas centrais de Feira de Santana, como resultado de décadas de resistência por parte dos feirantes frente às intervenções urbanas e ao discurso de modernização do espaço público. A continuidade dessa atividade comercial tradicional, evidencia que a presença das feiras livres não depende apenas de fatores econômicos, mas também de mobilizações coletivas, da negociação com o poder público e da capacidade dos trabalhadores de adaptar suas atividades aos limites impostos. Essa resistência garante a manutenção de um espaço socialmente relevante, que articula interesses econômicos, culturais e simbólicos no contexto urbano.

Após as intervenções urbanas, as feiras livres que permaneceram na área central da cidade, foram reorganizadas para conciliar a presença dos feirantes com o uso do espaço público por pedestres e comércio formal. A delimitação física das bancas e equipamentos, a manutenção

das calçadas desobstruídas e a abertura das fachadas das lojas criam corredores que permitem circulação da população e dos automóveis (Figura 3).

A presença de segurança atua como elemento de controle, não apenas para disciplinar os fluxos, mas também para impedir a ocupação indevida por vendedores ambulantes, assegurando que os limites físicos definidos sejam respeitados. Essa configuração demonstra como a adaptação das feiras livres integra tanto a lógica de permanência social, econômica, histórica e cultural quanto a necessidade de compatibilizar interesses econômicos e urbanísticos.

Figura 3 – Feira Livre da Rua Marechal Deodoro, Feira de Santana, Bahia, Brasil



Fonte: Pereira, Janaina (2025). Pesquisa de campo.

A reorganização e permanência das feiras livres, demonstra como é possível conciliar práticas tradicionais com demandas contemporâneas de ordenamento urbano. Embora os feirantes se submetam a limites físicos e regras de organização, a essência da atividade, que tem como finalidade a venda de produtos de baixo custo, contato direto com a população e manutenção de laços sociais, continua preservada. Essa relação evidencia que a modernização urbana não precisa implicar na eliminação das atividades tradicionais, mas, sua transformação em um formato que garanta visibilidade, segurança e funcionalidade, mantendo o caráter identitário, econômico, social e cultural das feiras livres.



Além de sua função econômica, as feiras livres continuam desempenhando papel social central. Elas oferecem acesso a produtos a preços acessíveis, não apenas para a população de baixa renda, mas também para diversos grupos de consumidores que circulam pelo centro comercial de Feira de Santana em busca de serviços, lojas e outras oportunidades de consumo, e acabam realizando compras nas feiras livres.

Mendes (2021) destaca que as feiras livres se configuram como espaços de apropriação múltipla. Nesse sentido, a permanência das feiras livres nos espaços públicos centrais da cidade, reforça sua relevância como território de sociabilidade urbana, evidenciando a capacidade de integração entre atividades comerciais, fluxos urbanos e relações sociais diversas.

Neste contexto, os espaços em que as feiras livres estão inseridas, reforçam sua dimensão simbólica e cultural, evidenciando o reconhecimento do valor histórico e identitário desses locais, que transcendem a função econômica e se consolidam como elementos centrais da memória coletiva urbana. Os feirantes, ao mesmo tempo em que adaptam suas práticas às exigências do ordenamento urbano, reforçam o significado das feiras livres como territórios de pertencimento e sociabilidade.

Dessa forma, a análise das feiras livres de Feira de Santana evidencia que a resistência e adaptação dos feirantes foram decisivas para a manutenção dessas práticas no núcleo urbano. A reorganização espacial, a imposição de limites físicos e a presença de agentes de segurança refletem a tentativa do poder público de controlar circulação e visibilidade das feiras livres, impondo regras que restringem parcialmente a liberdade de atuação dos trabalhadores.

Portanto, a permanência das feiras livres, não se dá de forma passiva; ela resulta de estratégias de resistência, negociação e adaptação que permitem conciliar, ainda que de maneira limitada, as demandas da modernização urbana com a continuidade das práticas econômicas e culturais tradicionais. Assim, as feiras livres se consolidam como territórios de resistência urbana, reafirmando sua relevância histórica, social, econômica, política e cultural enquanto evidenciam as tensões e os limites de um espaço em que tradição e modernidade coexistem sob constante mediação institucional.

ENTRE BARRACAS, CALÇADAS, PESSOAS... AS FEIRAS LIVRES RESISTEM

A análise das transformações socioespaciais e das intervenções urbanas em Feira de Santana evidencia que as políticas de reestruturação da cidade e modernização do espaço urbano refletem um projeto de cidade alinhado às lógicas neoliberais de produção e valorização do espaço. Tais políticas, ao privilegiarem a racionalização, a estética e a eficiência econômica, acabam por reproduzir desigualdades sociais, econômicas e históricas, promovendo a exclusão



física, simbólica e material de grupos que tradicionalmente ocupam e dinamizam o espaço público do centro urbano, como os feirantes e trabalhadores informais.

As feiras livres, no entanto, demonstram uma capacidade de reinvenção e resistência frente às pressões modernizadoras. Sua permanência nas áreas centrais, mesmo sob novas regras de ordenamento e controle, revela que o processo de modernização urbana não se realiza de forma homogênea, mas, é constantemente tensionado por práticas sociais que reivindicam o direito de permanecer e de produzir no espaço público. Nesse sentido, a feira livre se reafirma, para além da questão econômica, como território de memória, sociabilidade e identidade coletiva, expressando formas alternativas de apropriação e uso do solo urbano na cidade.

A presença das feiras livres da Praça Bernardino Bahia e da Rua Marechal Deodoro, mesmo após as transformações socioespaciais, ilustra esse cenário de contradições e disputas. Embora as intervenções urbanas tenham retirado parte dos trabalhadores informais das ruas e avenidas das áreas centrais, imposto limites físicos e mecanismos de controle sobre a ocupação, essas práticas não eliminaram a vitalidade econômica e cultural desses espaços. Ao contrário, a permanência dos feirantes nessas áreas demonstra a força política e simbólica de uma categoria que, ao resistir às tentativas de exclusão, reivindica sua legitimidade como parte integrante da dinâmica urbana de Feira de Santana.

Do ponto de vista teórico, essa pesquisa contribui para o debate sobre o papel das cidades médias no contexto da urbanização contemporânea, evidenciando que os processos de modernização e mercantilização do espaço urbano não se limitam aos grandes centros, mas se expandem de forma difusa e seletiva em diversas escalas. Nesses contextos, as resistências das práticas populares, como as feiras livres, permitem compreender a cidade não apenas como produto do capital, mas como campo de disputa, negociação e (re)significação social.

Em termos de aplicação empírica, os resultados aqui discutidos reforçam a necessidade de políticas públicas urbanas que reconheçam o valor histórico, cultural, político e econômico das feiras livres, não como resquícios do passado, mas como componentes ativos da economia urbana contemporânea. Isso requer abordagens de planejamento inclusivas, capazes de integrar tradição e modernidade, assegurando a permanência e a dignidade dos trabalhadores que constroem cotidianamente a vida urbana.

Ressalta-se que este trabalho resulta de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do mestrado, razão pela qual esta seção deve ser compreendida como uma consideração parcial, pois, a discussão presente neste artigo está sujeita a revisões teóricas e metodológicas à medida que o estudo avance. Nesse sentido, recomenda-se o aprofundamento de investigações futuras



que explorem, sob diferentes escalas e abordagens analíticas, as implicações sociais, econômicas e simbólicas das políticas de modernização urbana em cidades médias.

Por fim, estudos comparativos entre distintos contextos regionais e análises longitudinais sobre os efeitos dessas intervenções urbanas que levam a transformação socioespaciais, poderão ampliar a compreensão acerca das formas de resistência e adaptação de atividades populares, como as feiras livres, frente à expansão do urbanismo neoliberal, contribuindo para o fortalecimento de um debate plural e crítico sobre o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Alessandra Oliveira. **Redes e centralidade em Feira de Santana (BA):** O centro de abastecimento e o comércio de feijão. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2006.

BONAMICHI, Nayana Corrêa. **Feiras livres:** um breve estudo sobre tradição urbana, sociabilidade e resistência na cidade do Rio de Janeiro. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço-tempo da práxis urbana na modernidade. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 100, p.1-16, 2018.

COELHO, Jackson Dantas. **Feiras Livres de Cascavel e de Ocara:** Caracterização, análise da renda e das formas de governança dos feirantes. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria Encarnação B. (orgs). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012. p. 41-51.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras livres do Nordeste. **Revista de Mercator**, Fortaleza CE, vol. 7, n. 13, p. 87-101, 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2736/273620629009.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

JESUS, Danuzia Xavier de; DAMERCÊ, Naiane Oliveira. **Feira e lugar:** um olhar humanista sobre a feira-livre de Jacobina-BA. 2016. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Departamento de Ciências Humanas - Campus IV, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2016.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O descoroamento da Princesa do Sertão:** de "chão" a território, o "vazio" no processo de valorização do espaço. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 25 mai. 2025

LIMA, Luiz Cruz. **Geografia humana do Ceará:** espaço, técnica e tempo. Fortaleza: Editora da UECE, 2020.



LIMONARD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, Milton (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 145-170.

MACHADO, Rosana Pinheiro. **Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2009.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 2, p. 72-87, 2008.

MENDES, Paula Graziela. Feiras livres e seu papel na organização do espaço urbano: O caso de Montes Claros-MG. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína/MT, v. 10, n. 20, jan./abr., 2021. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/9371/18327>>. Acesso em: 30 maio, 2024.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Projeto Memória da feira livre de Feira de Santana. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 18, 2023 [1998]. Disponível em: <<https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/9449>>. Acesso em: 4 jun. 2024.

QUEROZ, Amanda Maracajá de Lima. **Da rua para o Shopping Feiraguay: Desenho urbano e memória visual do comércio popular em Feira de Santana, BA (1970-2012)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Circuitos da economia urbana: arranjos espaciais e dinâmica das feiras livres em Natal (RN). **Sociedade e Território**, v. 24, n. 1, p. 115-133, 2012.

SANTOS, Claudio Ressurreição dos. **Shopping Popular Feiraguay: Estudo sobre a produção de um espaço de comércio em Feira de Santana-BA**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2016.

SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p.169-188.

TELES, Alessandra Oliveira. **O comércio informal em Feira de Santana (BA): permanências e mudanças**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.